



**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

--- Aos vinte e sete de junho de dois mil e dezasseis reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guida Maria Barcelos Martins (PS), Guida Maria Vieira Martins (BE), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), Manuel Nélio Vicente Pereira (PS), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias, Filomena Maria Teixeira Gonçalves, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e José Maria Abreu Barros. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado, Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues e José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – António Domingos de Sousa Abreu, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, David João Rodrigues Gomes, José Agostinho Freitas Baptista, José António Freitas Rodrigues, Lívio Rómulo Soares Coelho, Luís Miguel Moura de Sousa, Marco Alexandre R. P. Fernandes, Maria Elisabete M. Andrade, Marisa Maria P. Santos e Costa, Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, Raquel João Martins da Silva, Robert Miguel Andrade de Castro, Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, Rui Alberto Garanito Santos e Rui Nuno Barros Cortez. -----



--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira, Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh.-----

--- **VEREADORES AUSENTES** – Bruno Miguel Camacho Pereira do PPD/PSD. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luís, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Domingos Manuel Martins Rodrigues; Énio Dionísio Vieira Martins, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues, João José Sales Fernandes Correia e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente:** -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, eleita pelo GMM, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída por Sérgio Juvenal Jesus Abreu. -----

1.2. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, eleito pelo PCP/PEV-CDU foi substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

1.3. O Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade, eleito pelo PCP/PEV-CDU, foi substituído por Énio Dionísio Vieira Martins. -----

1.4. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro, Vogal da referida Junta. -----

1.5. A Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída

Paulo Bentes


por José Agostinho Freitas Baptista, Secretário da referida Junta. -----

2. O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as seguintes atas: -----

- **Votação da Ata da Sessão Ordinária de vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezasseis, aprovada por maioria com trinta e três votos a favor**, sendo treze votos do GMM, dez votos do PPD/PSD, quatro votos do CDS/PP, três votos do PCP/PEV-CDU, três votos dos Deputados Independentes e uma abstenção do CDS/PP. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** pediu a palavra para referir que na Ata da Sessão Ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, em relação à substituição do Senhor Deputado Edgar Silva está indicado que foi substituído por um Deputado que não é daquela bancada. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a observação que foi tida em consideração e cuja correção já foi feita, pelo que a ata que irão aprovar estará já corrigida desse lapso, que lamenta. -----

De seguida passou-se à votação da **Ata da Sessão Ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor**, sendo treze do GMM, quatro do PPD/PSD, quatro do CDS/PP, três do PCP/PEV, três dos Deputados Independentes e sete abstenções sendo seis do PPD/PSD e uma do CDS/PP.

3. EXPEDIENTE: -----

3.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- O General Chefe do Estado-Maior do Exército e o Major-General Comandante da Zona Militar da Madeira enviaram os seguintes convites: -----

- Concerto da Banda Militar da Madeira com a Orquestra de Bandolins da Madeira e o Conservatório-Escola das Artes, que se realizou no dia nove de maio de dois mil e dezasseis. -----
- Cerimónia Militar Comemorativa do 180º Aniversário da Zona Militar da Madeira,

que se realizou no dia dez de maio de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Câmara do Funchal enviou um convite para a abertura da 42ª Feira do Livro do Funchal, que se realizou no dia treze de maio de dois mil e dezasseis. -----

- A Presidente da Junta de Freguesia do Monte enviou um convite para participar na Sessão Solene Comemorativa do 448º Aniversário da Freguesia, que se realizou no dia catorze de maio de dois mil e dezasseis. -----

- O Grupo Parlamentar "Os Verdes" enviou um convite para uma audição pública parlamentar sobre "Propostas e estratégias de combate ao desperdício alimentar", que se realizou no dia dois de junho de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro enviou os seguintes convites: -----

- Assistir ao desfile de marchas que se realizou no dia vinte e três de junho de dois mil e dezasseis. -----
- Missa seguida de procissão que se realizou no dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Calheta enviou um convite para a Sessão Solene Comemorativa do 514º Aniversário do Município, que se realizou no dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz enviou um convite para a Sessão Solene Comemorativa do dia do Concelho, que se realizou no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezasseis. -----

4. Pedido de intervenção reencaminhados à CMF: -----

4.1. PCP/PEV: -----

- Pedido de esclarecimento sobre vegetação infestante no Complexo Habitacional das Romeiras. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Paulo Beltrão

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deu entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia o pedido do **município Duarte Nuno Filipe Patrício**, para intervir no período de intervenção do público. -----

Sendo-lhe dada a palavra, este começou por dizer que vem pedir um esclarecimento sobre o seguinte: -----

- Em novembro de dois mil e catorze apresentou uma reclamação sobre obras ilegais que estavam a ser efetuadas por um vizinho, funcionário daquela Autarquia, as quais apesar de terem sido embargadas, continuaram. -----

- Sobre o mesmo reclamado em novembro de dois mil e quinze apresentou uma denúncia na Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos, da CMF, por este ter subtraído algumas chapas identificativas das campas no Cemitério de São Martinho e ter usado o carro camarário para transportes pessoais. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que começou por esclarecer que após a reclamação apresentada a obra foi de facto embargada e alvo de um processo de contra – ordenação, estando no momento a ser objeto de análise um projeto de legalização das obras que o reclamado apresentou. --- Sobre a denúncia passou a palavra à **Senhora Vereadora Madalena Nunes**, por ser esta que sustém o pelouro dos Recursos Humanos. -----

--- Dada a palavra à Senhora Vereadora, esta informou que foi aberto um processo disciplinar, mas que por falta de provas não foi possível imputar-lhe os referidos comportamentos. Porém, reanalisaram os processos que decorrem no referido Cemitério para que não exista possibilidade de acontecer esse tipo de situações. -----

Concluiu agradecendo a informação prestada e fica também a contar com uma futura colaboração do mesmo, se for caso disso, porque isso ajuda-nos também a melhorar os processos internos. -----



----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** enunciou os documentos que deram entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia para o PAOD: -----

- **Proposta de Recomendação** – Sobre a criação de um Museu alusivo ao 25 de Abril de 1974, apresentado pelo GMM. -----

- **Voto de Protesto**, apresentado pelo CDS/PP. -----

- **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo CDS/PP. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Maria Mota Marques Ferreira, do GMM apresentou a seguinte **Proposta de Recomendação – Sobre a criação de um Museu alusivo ao 25 de Abril de 1974:** "No corrente ano comemoram-se os 40 anos da Constituição da República Portuguesa bem como da Autonomia Política e Administrativa da Madeira e dos Açores. -----

Ambas só foram possíveis graças à revolução iniciada na madrugada de 25 de Abril de 1974. Esta data consubstanciou o derrube da Ditadura e a instauração da Democracia no nosso País, a qual possibilitou posteriormente o surgimento do nosso regime autonómico. É assim uma data e um momento histórico que devem ser relevados e permanentemente perpetuados na memória coletiva da população madeirense em geral e funchalense em particular. -----

Para esse nobre propósito, a criação de um Museu ou Espaço Museológico temático alusivo a este acontecimento afigura-se como um meio privilegiado e adequado. Atividades como a realização de exposições permanentes conjugadas com outras temporárias, itinerantes e temáticas; lançamento de livros; ciclos de tertúlias temáticas; conferências, debates e palestras; visitas proporcionadas às escolas da RAM, seriam fundamentais para, tendo como pano de fundo os Valores e Princípios subjacentes à

Paulo Bettencourt

Revolução dos Cravos, desenvolver uma cultura de Democracia Participativa, proporcionar a reflexão coletiva sobre diversas questões e temas da nossa sociedade e em última instância ser mais um contributo para a formação de cidadãos com espírito cívico e de cidadania, conscientes dos seus deveres e direitos enquanto tal. -----

Um exemplo similar do que se pretende recomendar à Câmara Municipal do Funchal é dado pelo Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (www.museudoaljube.pt) que consiste num "museu municipal que pretende preencher uma lacuna no tecido museológico português, projetando a valorização dessa memória na construção de uma cidadania responsável e assumindo a luta contra a amnésia desculpabilizante e, quantas vezes, cúmplice da ditadura que enfrentámos entre 1926 e 1974". -----

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal reunida no dia 27 de junho de 2016, dada a suprema importância e relevância que esta Data tem para o nosso País bem como para a nossa Região, decide efetuar a seguinte Recomendação à Câmara Municipal do Funchal: -----

- Que autonomamente ou em parceria com o Governo Regional da Madeira diligencie no sentido de ser criado um Museu ou Espaço Museológico Temático alusivo ao 25 de Abril de 1974, no qual pudessem ser implementadas as variadas e diversas valências referidas no corpo desta recomendação." -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP apresentou o seguinte: -----

- **Voto de Protesto** – "O Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia Municipal do Funchal, reunido no dia 27 de junho, propõe um voto de protesto a esta Assembleia pelos seguintes factos: -----

1 – A CMF, em matéria de política de Juventude, criou um órgão que embora sendo consultivo, designado por Conselho Municipal de Juventude do Funchal, regendo-se por

um Regimento aprovado em plenário, vincula pelo seu artigo 10º, nº 2 do seu Regimento que são suas competências exclusivas: nomear o representante do Município no Conselho de Juventude da Madeira. -----

2 – Perante esta norma Regimental, o que se sugere é que o Regimento seja respeitado, pois nunca antes funcionou de outra maneira, pelo que aqueles que são os representantes do Executivo nunca avançaram com qualquer sugestão de nomes. -----

3 – Sabe este Grupo Parlamentar que a Senhora Vereadora Dra. Madalena Nunes fez-se representar na última reunião do CJM, violando, como resulta do Regulamento, a norma legal aprovado em plenário no CMJF e relativa à representação deste organismo.” -----

Apelou ainda para a aprovação daquele Voto de Protesto pelo atrás enunciado e pelos seguintes fatores: -----

- Tiveram conhecimento através de um ofício do gabinete do Senhor Secretário Regional de Educação, que desde dois mil e quinze, pedem a indicação do representante efetivo e suplente do Conselho Municipal de Juventude da Madeira naquele órgão representativo e consultivo do Governo Regional da Madeira. -----

- Que por serem atacados de serem velhos e não terem idade para pertencer ao CMJF, acham estranho como é que pela primeira vez uma Senhora Vereadora com o Pelouro da Juventude e de outras áreas, faz-se representar sem submeter àquele Conselho aquela situação não cumprindo assim as normas regimentais aprovadas no mesmo, bem como o Decreto Legislativo Regional 24/2013 de 16 de julho que diz: “Um representante de cada um dos Conselhos Municipais de Juventude”. -----

Depois dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara e formulou as seguintes questões: -----

1 – Teve conhecimento da representação desta Câmara no Conselho Regional de Juventude da Madeira? -----

2 – Sabia que há uma violação ao preceito legal do ponto de vista regimental? -----



3 - Haverá consequências políticas deste ato ou não? -----

Depois passou à **Proposta de Recomendação** – “A política de proximidade aos cidadãos é o caminho mais adequado para um melhor e mais apelativo exercício da democracia. A confiança entre eleitores e eleitos faz-se na base do contacto e da realização de ações que tenham como principal objetivo resolver problemas concretos das populações. -----

O concelho do Funchal é dos mais populosos da Europa e essa densidade populacional, só por si, exige dos governantes uma atenção redobrada, pois as necessidades e os problemas também são em escala maior. -----

A enorme densidade populacional do Funchal traz consigo dicotomias, realidades distintas entre freguesias e abordagens focalizadas. -----

Nesse sentido, o Grupo de Deputados Municipais do CDS recomenda à Assembleia Municipal do Funchal que inicie um périplo por todas as freguesias do Funchal, sem exceção, para que os deputados municipais tomem um melhor contacto com a realidade e, assim possam decidir em função das necessidades de cada uma das freguesias.” -----

Acrescentou ainda que aquela proposta de Recomendação, visa criar uma maior proximidade entre os Deputados Municipais, aquele órgão e os próprios eleitores do Concelho do Funchal, daí pediram também a aprovação da mesma. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente primeiro fez uma pequena nota política de felicitação e de gáudio dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, porque já o vê embaladíssimo para a sua recandidatura para o próximo ano, tendo inclusivamente a bênção do Primeiro-ministro e de outros dirigentes nacionais de alguns partidos com quem está ali coligado, pelo que só lhe basta convencer os Funchalenses e o Líder do PS-Madeira. -----

Depois disse que gostaria de ter conhecimento dos termos do Protocolo entre a Empresa Municipal Frente MarFunchal e o Sindicato dos Jornalistas da Madeira, que foi tornado

público por ocasião da comemoração de mais um aniversário do referido Sindicato. -----
Finalizou perguntando o porquê de a Câmara não fazer uma reclamação pública relativamente aos créditos que o Club Sport Marítimo tem para com aquela Autarquia, a exemplo da reclamação pública de algum ressarcimento sobre as isenções fiscais em sede de declaração de utilidade turística dos alojamentos hoteleiros na Cidade do Funchal e da já recorrentemente questão do IRS relativamente aos tais cinco milhões de euros que a Câmara reclama, pois julga que todas as receitas a que à Câmara é devida deveriam de ser igualmente publicitadas com o mesmo rigor? -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Lívio Rómulo Soares Coelho, do PPD/PSD para bem da condução dos trabalhos, propôs ao Senhor Presidente da Assembleia que quando houvesse propostas com apresentação, fizessem primeiro as apresentações e depois as inscrições. -----

De seguida referiu-se à questão levantada pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta referente ao CMJF - Conselho Municipal de Juventude do Funchal, em que vê novamente todos os Jovens do Funchal a serem ultrapassados pela Senhora Vereadora Madalena Nunes, por esta fazer tudo como lhe convém e deseja, sem ter uma estratégia e um plano definido no que concerne às atividades na temática da juventude, para além de usar e aproveitar tudo aquilo que são as iniciativas e o programa que foi apresentado pela Comissão Permanente do CMJF. -----

Manifestou também o seu desagrado à forma como o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta e a Senhora Deputada Herlanda Amado, foram insultados e injuriados em relação à sua idade e à sua representação no CMJF. -----

Finalizou alertando o Senhor Presidente da Câmara para que esteja atento a todas aquelas situações, porque as mesmas não abonam em nada para a Juventude e para o Concelho do Funchal, pois aquele CMJF e a Comissão Permanente do mesmo, não é o

Beate...

partido A, B ou C mas um conjunto de representantes de várias vertentes que apenas estão interessados em trabalhar. Porém, estão constantemente a ser castrados daquilo que são as suas ideias e iniciativas. -----

5 - A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU manifestou o seguinte: -----

- **Proposta de Recomendação sobre a criação de um Museu alusivo ao 25 de Abril**, nada têm a opor e esperam que haja um conjunto de sinergias que possam levar a bom porto a construção do mesmo. -----

- **Proposta do CDS/PP**, também irão votar favoravelmente, não sem antes exporem que não deixa de ser um pouco demagogo apresentar essa mesma proposta naquela Assembleia Municipal, porque em anos anteriores quer na Vereação quer naquela mesma sala, a sua bancada apresentou uma proposta para que as reuniões quer de Vereação, quer da Assembleia Municipal pudessem ser descentralizadas. -----

- **Voto de Protesto do CDS/PP**, se a competência dos Deputados Municipais é de fiscalizar aquilo que é a atividade do Executivo e se há um incumprimento do regimento do CMJF, porquê essa mesma infração ao confirmar-se o nº 2 do artigo 10º? -----

- **Programa Amianto Zero**, qual o ponto da situação? Que calendarização para o desenvolvimento de alguma iniciativa em concreto? -----

- **Praia Formosa**, qual o ponto da situação em relação às questões relacionadas com o estacionamento, tendo em conta que o problema persiste e que quem lá está a estacionar na linha amarela está em transgressão? E se é verdade que houve algum contacto entre a CMF com os proprietários dos terrenos da antiga Shell, para que pudesse ali ser construído um estacionamento? -----

- **Nadadores Salvadores**, que soluções tem a Autarquia articulada com a Frente MarFunchal, para resolver a preocupação referente à falta dos mesmos nos Complexos

Balneares e Praias Vigeadas? -----

- **Portão de passagem pública junto ao Hotel Porto Santa Maria**, se a Câmara tem ou não algum conhecimento do fecho do mesmo no período noturno? -----

6 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente, sobre a proposta de recomendação do GMM acha que é uma proposta que não faz sentido nenhum e que tem um aproveitamento do 25 de Abril para fins políticos, sem nenhuma coisa concreta, porque é apresentada pelo Grupo Municipal que apoia o Executivo. -----
Como tal, entende que se o Executivo quiser fazer um Museu sobre o 25 de Abril, que faça então esse projeto e o apresente ali para o avaliarem. -----

Assim, a haver alguma Recomendação sobre Museus fazia todo o sentido fazer um núcleo museológico no prédio do Matadouro reunindo várias temáticas, incluindo também uma parte alusiva ao 25 de Abril, porque aquela Câmara tem um espólio cultural fantástico que é subaproveitado. -----

7 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM começou por congratular-se por naquele dia, vinte e sete de junho, se comemorar quarenta anos sobre a primeira eleição da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e a importância da Autonomia Regional e dos Deputados que em mil novecentos e setenta e seis, lutaram por um Parlamento cada vez mais democrático e que ao longo dos anos continuaram essa mesma luta. -----

Assim a proposta do GMM sobre a criação de um Museu alusivo ao 25 de Abril, tem grande significado que seja também a vinte e sete de junho, porque significa que a Autonomia é liberdade, pois vivem, sentem e estão sempre presentes nas comemorações de Abril. -----

Sobre a questão do CMJF disse que aquele foi criado com objetivos claros e não com fins meramente partidários e de protagonismo como o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta o

Paulo Bettencourt

utiliza, não podendo este querer presidir àquele Conselho pois em observância ao Artigo 3º do Regulamento, o mesmo é constituído pelos seguintes membros: *o Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competências na área de políticas da juventude que presidirá ao CMJF.* -----

Acusou-o ainda de nunca apresentar qualquer proposta sobre: o desemprego na Região, o acesso à habitação, a emigração e a educação, tal como refere o preâmbulo do referido Regulamento em que o Conselho consultivo tem a função de consultar os jovens e as organizações. -----

Contudo, congratulou-se com a evolução do Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta, que é proponente da Proposta de Recomendação das visitas a todas as Freguesias sem exceção, porque na proposta anterior só defendia a visita às três maiores Freguesias, tendo ouvido assim o GMM que trata todas as Freguesias por igual, independentemente da sua dimensão. -----

No entanto, referiu um considerando importante, que todos os grupos partidários ali presentes têm autonomia para fazer as suas ações e visitas partidárias, tal como já o faz o GMM desde vinte e nove de setembro de dois mil e treze, praticando todos os dias política de proximidade. -----

Por isso, considera que aquela é mais uma Proposta que visa o protagonismo e que demonstra bem o estado em que está o CDS/PP, que necessita dos outros grupos municipais para fazer proximidade com a população. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos aos **Senhores (as) Deputados (as)** intervenientes, tendo o mesmo seguido a ordem das respetivas intervenções: -----

- Sobre a **Proposta do GMM relativamente à criação do Museu alusivo ao 25 de Abril**, disse que pelos motivos que ali foram expostos, a mesma tem a total concordância por

parte daquele Executivo. -----

- Relativamente ao **Grupo Municipal do CDS/PP** e pela voz do **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta**, que apresentou um voto de protesto pelo facto da Senhora Vereadora Madalena Nunes, enquanto Presidente do CMJF ter estado presente no Conselho Regional de Juventude, respondeu que tem conhecimento e que concordou com a sua presença no mesmo, porque a convocatória do Chefe de Gabinete do Senhor Secretário Regional de Educação, convoca diretamente o Presidente do Conselho Municipal de Juventude e como delegou funções na Senhora Vereadora, foi esta que foi convocada para o efeito, na qualidade de Presidente e não de Representante do CMJF. -- Por isso, realçou que no que diz respeito à estratégia e à ação da Senhora Vereadora a mesma tem toda a sua total confiança e reconhecimento do trabalho realizado, pois só tem elogios a fazer sobre a sua atuação, seja na área da Juventude, da Educação, do Desporto ou na área das Cidades Educadoras. -----

- Quanto ao **Senhor Deputado Municipal Donato Macedo**, informou que já solicitou ao Senhor Administrador da Frente MarFunchal, que lhe faça chegar uma cópia do **Protocolo** assinado entre aquela **Empresa e a Direção Regional do Sindicato de Jornalistas na Madeira**. -----

Sobre a questão das **receitas do IMI** no que dizem respeito às unidades hoteleiras, não são contra isso, são contra é o Governo declarar as unidades hoteleiras de interesse turístico à revelia do Município do Funchal e este não ser compensado naquilo que são as receitas que lhe são retiradas. -----

Quanto às **taxas de ocupação do espaço público do Club Sport Marítimo**, no valor de mais de um milhão de euros, em março aquele Club foi já notificado de que foram alvo de uma ação judicial que neste momento decorre os seus trâmites, porque há desacordo entre o Club Sport Marítimo e aquela Autarquia, naquilo que acham que são as verbas

Paula Bahia

pela ocupação daquele espaço público que devem de ser devidas ao Município. -----

- Ao **Senhor Deputado Municipal Rómulo Coelho** no que diz respeito à sua intervenção sobre o CMJF, disse já ter respondido em parte naquilo que foi a sua intervenção relativamente ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta. -----

Porém, em abono daquilo que é o trabalho que deve de ser feito no CMJF, acha que desde o início houve uma distorção daquilo que é o aspeto consultivo do CMJF e o aspeto executivo que corresponde à Vereação de executar as políticas para a Juventude, porque a Comissão Permanente é entendida como um órgão executivo dentro do CMJF e na realidade não o é. -----

Lembrou também que houve uma reunião entre aquela Comissão Permanente e a Senhora Vereadora no dia vinte e nove de janeiro, no sentido de darem o seu contributo para a execução do Plano de Atividades e até ao momento nada foi entregue. -----

- Esclarecendo a **Senhora Deputada Municipal Herlândia Amado** no que diz respeito ao **Programa do Amianto Zero e de Renovação dos Bairros Sociais da Autarquia**, disse que como já foi debatido naquela Casa, contratualizaram um empréstimo no valor de dez milhões de euros, entre outras coisas, para os Bairros Sociais e a retirada do Amianto. ---

Feito o procedimento concursal para o efeito, houve uma entidade bancária que ganhou e foi-lhe adjudicada a respetiva contratualização do empréstimo. Contudo, para obterem o visto do Tribunal de Contas, este requereu àquela Autarquia mais de trinta questões que lhes foi respondido. Mas, face a essas respostas foram pedidos novos esclarecimentos pelo que no momento estão na fase de resposta à segunda leva de questões. -----

Como tal, logo que esteja esclarecida esta troca de questões entre a Autarquia e o Tribunal de Contas e a posse do visto, darão início às obras porque o projeto já está pronto. -----

Em relação aos **nadadores-salvadores**, referiu que no momento a Empresa Municipal



Frente MarFunchal está em fase de contratualização de mais nadadores-salvadores, todavia nesta fase do ano têm um dispositivo maior do que aquele que tiveram no ano transato. -----

Também quis realçar a estreita colaboração que tem existido entre a Empresa Municipal Frente MarFunchal e a Capitania do Funchal, na eventualidade de subsistir alguma situação de emergência, esta ter uma ação eficaz de socorro. -----

Sobre o **portão do Hotel Porto Santa Maria**, disse não ter conhecimento sobre aquela questão, mas que após se inteirar do assunto irá dar-lhe conhecimento do mesmo. -----

- Ao **Senhor Deputado Municipal Eduardo Welsh** informou que neste momento foi já adjudicado e está em fase de elaboração o projeto de arquitetura e de especialidades, para o projeto de inovação, criatividade e empreendedorismo que têm para o Matadouro do Funchal. -----

Relativamente ao Museu do 25 de Abril, julga que nunca é demais tudo o que seja para enaltecer aquele grande acontecimento da nossa história e os valores que emanam dessa revolução, pelo que irão com certeza encontrar um local digno para não só criar o referido Museu, como instalar aquilo que for todo o acervo ou todo o guião histórico para o mesmo. -----

--- A **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** fez uma interpelação à Mesa propondo que o Voto de Protesto do CDS/PP fosse retirado, tendo em conta a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara de que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, teria sido diretamente convocada para a reunião do Conselho Regional de Juventude e não enquanto representante do CMJF. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** face àquela interpelação questionou o Grupo Municipal do CDS/PP se desejava ou não retirar o Voto de Protesto, ao que o mesmo respondeu que não o retirava. -----

Paulinho

--- Continuando o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início à **votação da Proposta de Recomendação do GMM – Criação de um Museu alusivo ao 25 de Abril de 1974**, tendo a mesma sido **aprovada por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo quinze do GMM, quatro do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, um voto contra do Deputado Independente e dezassete abstenções, sendo catorze do PPD/PSD, uma do CDS/PP e duas dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD disse que por o 25 de Abril merecer todas as honras e a perpetuação da sua memória todos os dias e de uma forma viva, não estão contra a iniciativa que foi apresentada. -----
No entanto, aquela proposta não lhes permite uma aprovação porque a mesma foi apresentada, sem a considerarem do ponto de vista orçamental, do seu conteúdo, do seu desenvolvimento, do impacto que terá nas contas camarárias, do prazo da sua elaboração e da sua execução. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente para além de concordar com os motivos explanados pelo Senhor Deputado Domingos Abreu, acrescentou que aquela é uma proposta demagógica. -----

Assim, sugeriu que a Câmara apresente um projeto para poderem avaliar e aprovar, porque considera que esta tem problemas muito mais urgentes a resolver, como o espólio de António Aragão e de todo um espólio cultural que não está a ser aproveitado. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal José Maria Abreu Barros, do CDS/PP também justificou a sua abstenção, com o facto de não estarem reunidas as condições em termos de elementos orientadores para a elaboração daquele Museu. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação o **Voto de Protesto do CDS/PP**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com vinte e dois votos a favor,

sendo catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três dos Deputados Independentes e dezoito votos contra sendo quinze do GMM e três do PCP/PEV-CDU. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU declarou que aquela bancada votou contra, porque tendo em conta que a última convocatória enviada foi diretamente à Senhora Vereadora e não a alguém a representar, como esclareceu o Senhor Presidente da Câmara, o objeto daquele Voto de Protesto não faz sentido. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Livio Romulo Soares Coelho, do PPD/PSD disse que em qualquer convocatória do Conselho Regional de Juventude, a primeira convocatória que é feita aos órgãos é para identificação dos membros, depois todas as convocatórias seguintes são dirigidas exatamente à pessoa. -----

Por isso, considerou vergonhoso o atestado de incompetência que tentaram passar às pessoas que estão ali daquele lado. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP começou por reforçar o que o seu colega de bancada transmitiu e acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara tem que assumir os seus atos e os seus erros. -----

Depois dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu e explicitou que o representante do Conselho Municipal de Juventude do Funchal tem de ter até trinta anos de idade, por isso não será ele próprio nem ninguém da Comissão Permanente daquele Conselho que irá para o Conselho Regional da Madeira. -----

Como tal, considera que quem falhou foi a Senhora Vereadora Madalena Nunes pelo que alertou para que não façam as coisas sem dialogar. -----

Terminou recomendando ao Senhor Presidente da Câmara que tem de transmitir aos Funchalenses a verdade dos factos, porque o considera um homem que transmite a

Paulo Baltar

verdade, é uma pessoa sincera e que embora tenha um apreço pelo mesmo do ponto de vista pessoal, do ponto de vista político tem de reconhecer que o CMJF cometeu uma irregularidade na questão da indicação dos nomes ao Conselho de Juventude da Madeira.

--- Não havendo mais declarações de voto o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação da **Proposta de Recomendação do CDS/PP**, tendo a mesma sido **aprovada por maioria** com vinte e nove votos a favor sendo quatro do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e onze abstenções do GMM. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM declarou que o seu voto a favor foi no sentido de que unam forças e se alargue aquele movimento de auscultação e conhecimento da população. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD proclamou que a votação da sua bancada foi positiva, não só pelo aspeto que foi tentado minorar pelo ponto de vista da intervenção do Deputado Municipal Sérgio Abreu, mas porque querem amplificar as suas intenções aquando da candidatura à Assembleia Municipal instituindo as chamadas Assembleias Municipais Abertas, tendo também já o proposto ao nível de uma reunião de líderes. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP manifestou satisfação pelo facto de haver unanimidade e pensamento de descentralizar competências daquele órgão para chegar às freguesias, ficando assim a ganhar os Municípios do Funchal. -----

Depois dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu disse-lhe que os Presidentes de Junta de Freguesia são o parente pobre do sistema democrático. Porque é aquele que infelizmente ganha pouco, mas que recebe todos os dias os fregueses,

combatendo diariamente algum flagelo social, a pobreza e a juventude que não arranja trabalho e que batem à porta das Juntas de Freguesia a pedir trabalho. Por isso os Deputados Municipais têm de estar cientes das preocupações daqueles homens e mulheres. -----

Concluiu agradecendo em nome do Grupo Municipal do CDS/PP aos Senhores (as) Deputados (as) o voto de confiança, perante aquela situação. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que na sequência da aprovação daquela Proposta de Recomendação, que naturalmente será posta em prática por aquela Assembleia, irá brevemente diligenciar no sentido de reunir os Líderes dos Grupos Municipais, para começarem a definir os roteiros para as dez freguesias e o calendário das visitas às mesmas. -----

Nesse sentido, pediu aos mesmos para começarem a ponderar propostas de roteiros para delinear as visitas a operacionalizar. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- Entrando no período da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por referir que sobre a descentralização que é aconselhada na Proposta de Recomendação que há pouco foi ali aprovada, aquele Executivo Camarário tem tido sempre uma ação de proximidade com as populações. -----
Como tal, organizaram uma espécie de presidências abertas, que denominaram *Encontros com as Pessoas*, para de uma forma organizada e metódica percorrerem todas as Freguesias do Município do Funchal. -----

Aquela iniciativa já teve início no corrente mês de Junho, na Freguesia de Santo António,

auscultando, dialogando e abordando os problemas das pessoas, bem como aquilo que são as mais-valias da Freguesia. -----

Anunciaram também os investimentos a realizar em cada uma das freguesias durante o ano de dois mil e dezasseis e o ano de dois mil e dezassete. -----

Assim na sequência desta ação, a próxima reunião de Câmara semanal, será realizada na Junta de Freguesia de Santo António, onde todo o Executivo com e sem pelouro estará presente. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia também foi convidado para no âmbito do PAOD - Período de Antes da Ordem do Dia, falar sobre o conhecimento e a realidade que tem da Freguesia e apresentar propostas à Câmara, onde todos os Vereadores terão direito a expressar-se. -----

Tudo ficará registado em ata e aquele Executivo também tudo registará como um importante contributo para o desenvolvimento da Freguesia e do Funchal. -----

De seguida apresentou o Relatório de Atividades destacando o seguinte: -----

- **Segunda edição do Orçamento Participativo do Funchal**, nesta segunda edição foram concluídos os encontros de participação, tendo-se realizado o último encontro na Praça do Município no dia nove do corrente mês. -----

Após o conhecimento da primeira edição por parte dos munícipes e dos cidadãos em geral, aquela segunda edição foi mais consolidada, sendo o seu balanço extremamente positivo. -----

Nestes encontros de participação tiveram um total de setecentas e cinquenta pessoas e duzentas propostas apresentadas, cinquenta das quais irão à análise técnica por parte dos serviços. -----

Para além de haver uma evolução, houve também um crescimento porque a Autarquia decidiu atribuir meio milhão de euros de verbas para este segundo Orçamento

Participativo. -----

Tiveram também mais encontros de participação, num total de dez e seis Juntas de Freguesia participaram de uma forma paralela com o seu Orçamento Participativo. Como tal, fez votos para que as restantes Freguesias, também possam nas próximas edições fazer parte daquele instrumento fundamental de intervenção dos cidadãos nas questões que são suas e não só de quem tem o poder Executivo ou de quem foi eleito. -----

- **Semana do Ambiente**, das inúmeras iniciativas e atividades daquela Semana destacou a Campanha Limpar o Funchal do Mar à Serra. Tendo a mesma envolvido mil duzentos e setenta e seis voluntários, a quem aproveitou para agradecer toda a sua participação nas ações que foram desencadeadas e que findou com a recolha de quatro toneladas e meia de resíduos. -----

No âmbito daquela Semana, quis também realçar a entrega dos Certificados de Qualidade Ambiental, que galardoaram entidades e pessoas num total de sessenta e oito, sendo trinta e quatro de ouro e trinta e quatro de prata. -----

Disse ainda que dentro daquilo que é o Regulamento dos Resíduos Sólidos e de Comportamentos Poluentes, a Autarquia penaliza quem tem comportamentos menos corretos e beneficia quem tem comportamentos que são exemplares. -----

Naqueles que são os benefícios, quem conseguir uma melhor seletividade dos resíduos, anexada à conta da água, atribuem uma redução no total de quarenta e sete mil e duzentos euros para aqueles que têm os tais bons comportamentos, o que ano após ano pode aumentar aqueles valores que na verdade é uma menor receita que os agrada de sobremaneira. -----

- **Obras Públicas**, deram já início à empreitada da construção da Loja do Múncipe, que se divide em duas componentes: uma componente física, que é o Atendimento no Edifício das Águas com condições de atendimento aos múnícipes de excelência, com maior

eficiência e eficácia e a componente posterior que é o Back-Office que envolve todo o sistema e todo o Software necessário para o melhor desempenho da parte da Câmara, naquilo que são os requisitos, os requerimentos e toda a relação entre a Câmara e o Município. -----

Também deram início a uma obra há muitos anos reivindicada pela população, alvo de vários abaixo assinados e de intervenções em reuniões públicas da Câmara, que á a Entrada 68 do Caminho do Trapiche, no valor de cento e oitenta mil euros e que deverá estar concluída no início de dois mil e dezassete. -----

- **Política Social**, salientou aquilo que foi o início do procedimento para a revisão de diversos regulamentos de cariz social, no âmbito do Investimento do Fundo de Emergência Social, que depois da sua implementação e tendo já um conhecimento daquilo que são os aspetos menos positivos daqueles Programas, poderem uniformizá-los apesar do objeto de cada um deles, alterando as condições de acesso tornando-os mais abrangentes, alargando os beneficiados e melhorar as condições e a agilidade de instrução do processo tornando-os mais acessíveis às pessoas e mais rápidos na sua atribuição. -----

- **Ordenamento do Território**, deu conhecimento àquela Assembleia de que a proposta do Plano Diretor Municipal, está globalmente concluída e foi entregue à nova Comissão para serem emitidos os pareceres para poderem pô-lo à discussão pública no último trimestre do corrente ano. -----

- **Fiscalização Municipal**, para além das ações de fiscalização que são habituais, realizaram uma ação de fiscalização em grande escala com diversas entidades, a PSP, a GNR, a Inspeção Regional de Atividades Económicas e a Direção Regional de Pescas. --- Esta ação teve um saldo positivo porque a Fiscalização Municipal detetou várias irregularidades, num total de trinta e oito infrações, como por exemplo o não cumprimento

de normas constantes no regulamento dos Mercados Municipais, onde mais do que a punição foi a ação de sensibilização para o cumprimento do mesmo. -----

A Inspeção das Atividades Económicas realizou cinco autos de contraordenação e apreendeu mais de cento e dois quilos de géneros alimentares. -----

A PSP realizou seis revistas, seis autos de notificação e apreendeu também um vírgula sete gramas de liamba. -----

Finalmente a GNR elaborou três autos de notícia de crimes de contrafação de imitação ilegal de marcas, num total de mais de novecentas e trinta e sete peças de vestuário. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU lembrou ao Senhor Presidente da Câmara, que se possível, gostariam que o mesmo respondesse à questão que foi colocada no PAOD, sobre a Praia Formosa. -----

Prosseguindo, disse que alguns utilizadores de veículos e alguns transeuntes têm manifestado preocupação pela falta de visibilidade das passadeiras elevadas, como tal questionou se não deveria de ser estudada pela Divisão de Trânsito da Câmara, a possibilidade de colocar alguns refletores nas mesmas? -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP referindo-se sobre o Relatório de Atividades destacou o seguinte: -----

- **Área da Juventude**, julgam que a organização e a logística da Assembleia Municipal Jovem deveria de ser da competência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e não do Executivo da Câmara Municipal. -----

Por isso, gostariam de saber qual é a razão de ser a Câmara e não o Presidente da Assembleia a organizar? -----

Ainda na área da Juventude questionou se já existe programa sobre o Programa do Dia Internacional da Juventude? E qual o seu teor e conteúdo? -----

Paula...

- **Divisão do Desenvolvimento Social**, por estarem imbuídos numa nova designação de Fundo de Emergência Social para Fundo de Investimento Social, pretendem saber se houve alterações ao teor e à designação do programa. -----

Relembrou ainda que aquele Fundo de Investimento tinha cinco áreas essenciais e no momento três estão praticamente nulas. Entre estas está o Programa Câmara à Porta que segundo o relatório tem zero pessoas a usufruir do mesmo. Assim, por já estarem no terceiro ano de mandato, questionou se de facto vão reformular e rever o Programa? -----

Depois referiu-se ao Subsídio Municipal de Arrendamento, lembrando que apesar de terem alertado que no Gabinete de Atendimento ao Múncipe do Grupo Municipal do CDS/PP, tinham tido várias queixas de algumas pessoas que por causa dos contratos de arrendamento, tinham dificuldades em formular o processo e a Câmara não estava a fazer o suficiente para alterar e comunicar de forma devida essas mesmas pessoas, a Senhora Vereadora Madalena Nunes referiu-se ao mesmo, numa sessão da Assembleia Municipal, de uma forma efusiva, dizendo que não era possível alterar, que ia ser um sucesso e que as Juntas de Freguesia iriam estar em articulação com os mesmos. Porém, a Câmara vai reformular também o Subsídio Municipal de Arrendamento. -----

- **Cartão55+**, esta foi uma bandeira da anterior Vereação que o atual Executivo parece que não está a conseguir manter, porque no presente relatório apenas constam sete novos cartões emitidos. Por isso, questionou o Senhor Presidente da Câmara se do ponto de vista da sua taxa de execução é pouco? É muito? É medíocre? É péssimo? É elevatório? É satisfatório? -----

- **Departamento Jurídico**, gostariam de saber como é que se encontra o acompanhamento jurídico no processo relativamente ao PDM – Plano Diretor Municipal, sobre a ação que foi colocada contra a empresa NORVIA. -----

Também gostariam de ter acesso à elaboração do memorando feito por aquele

Departamento e sobre quantos prédios em devoluto existem na Cidade do Funchal. -----

- **Divisão de Obras**, alertou que não é possível a leitura das páginas trinta e um e trinta e dois. -----

- **Departamento de Economia e Cultura**, porque pretendem ter conhecimento sobre o Programa de Revitalização do Comércio e Serviços, perguntou se alguma vez o mesmo deu entrada naquela Assembleia? -----

Depois referindo-se ao Balcão do Investidor, solicitou informação sobre os números dos processos ali desencadeados. -----

- **Departamento de Infraestruturas e Equipamentos**, sobre o Projeto de regeneração urbana para beneficiação do edifício do antigo Matadouro Municipal do Funchal, perguntou: qual o ponto da situação? Se já mostrou ao Presidente da Junta de Freguesia esse projeto? Se têm ou não esse projeto para regenerar e para a população saber a beneficiação que irá colocar ao antigo Matadouro? -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente manifestou contentamento por haver um projeto para o Edifício do Matadouro, porque é a favor do desenvolvimento daquele prédio que tem grande potencialidade. Contudo, gostaria de obter mais informações sobre a finalidade desse projeto, se está a ser elaborado internamente na Câmara? Se será adjudicado? Se existe alguma previsão de quando irá à reunião de Vereação? -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente começou por referir-se à existência de pinturas de sinalética do chão que se encontram completamente desboroadas, não só nas intervenções circundantes às ribeiras mas também na periferia do centro da Cidade, que demonstra um desleixo e descuido da segurança e do trânsito da Cidade, fazendo perigar potencialmente a segurança de todos os que nela circulam. -----

Paulo Sérgio

Referindo-se depois à questão da Causa Animal perguntou àquela Câmara, que procedimento de apoio está instituído a algum munícipe que encontre um cão ferido? -----
E terminou questionando a Senhora Vice-presidente da Câmara, Idalina Perestrelo Luís, se a Fiscalização Ambiental da CMF já fez algum auto relativamente aos eventuais excrementos dos animais que não são recolhidos pelos seus tutores? -----

5 – O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD principiou dizendo que aquele é um ponto que no seu entender merece toda a atenção, porque a apresentação do Relatório das Atividades nos períodos intercalares entre cada Assembleia Municipal, é o que lhes permite cumprir uma das razões essenciais das Assembleias Municipais e dos Deputados Municipais, que é acompanhar, fiscalizar e avaliar o desempenho da Autarquia e da sua Vereação. -----

No entanto continuam a ter a mesma estrutura e embora não vá propor a sua discussão, pede que o Índice venha mais no início e não no fim e aconselha que o Senhor Presidente da Câmara o leia, porque o mesmo carece de alguma correção o que induz uma leitura em erro como se pode verificar com os seguintes exemplos: no ponto de Gestão Financeira e Patrimonial diz página oitenta quando deveria de dizer página noventa e oito, na página setenta e três designadamente na Divisão de Atendimento e Administração, na parte do Atendimento a Senhora Vice-presidente não tem reuniões nem audiências. Ainda naquela Divisão o texto refere: "... apresentamos os seguintes dados referentes aos meses de janeiro e primeira quinzena de fevereiro de 2016", o que mostra que não há cuidado na elaboração do referido relatório. -----

Por isso, insistiu que tenham um pouco mais do respeito que é devido a uma Assembleia e ao papel dos Deputados Municipais e que o Senhor Presidente tome uma posição para que tenham um Relatório como deve de ser. -----

Depois analisando a qualidade que lhes é dado a ler, expôs o seguinte: -----



- **Fundo de Intervenção Social**, que não sabem se é o Fundo de Emergência porque mudaram de nome e de nomenclatura, segundo os dados constantes no Relatório denotam que não fizeram nada, porque os programas que já começaram em dois mil e catorze são indicadores efetivos de um total autismo e de uma ausência de noção da realidade quando comparados, por exemplo com outros programas que também já foram ali referidos que são o Cartão55+ e o das Famílias Numerosas. -----

- **Assembleia Municipal Jovem** realizada pela Câmara Municipal e embora sejam muito favoráveis àquela, a mesma deve de ser uma iniciativa em que a própria Assembleia Municipal deve participar e colaborar na organização e não delegar e devolver à Vereação uma questão que é daquela Assembleia. -----

Depois voltou a referir-se à alocução do Senhor Presidente da Câmara sobre o Relatório de Atividades, dizendo que notou que este na primeira parte da sua intervenção, não se reportou sobre aquele Relatório mas sobre a sua Agenda futura, esquecendo-se de relatar coisas importantes, tal como o Programa Fica na Cidade. -----

Assim, chamou a atenção do Senhor Presidente da Assembleia que se é para relatar as Atividades do período anterior, não deveria de ser para anunciar na tal lógica de candidatura a candidato que está em curso. -----

Terminou colocando uma última questão ao Senhor Presidente da Câmara, sobre em que estádio é que está a avaliação ambiental estratégica do PDM? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu os Senhores Deputados Municipais Gonçalo Pimenta e Domingos Abreu, sem prejuízo do que o Senhor Presidente da Câmara queira acrescentar, relativamente às pertinentes questões colocadas sobre a Assembleia Municipal Jovem, que na preparação da mesma em termos práticos e operacionais houve uma articulação entre aquele e a Senhora Vereadora Madalena Nunes. -----

Paula Pelh...

Pelo que enquanto Presidente da Assembleia Municipal, teve uma intervenção direta tanto na definição do Regimento daquela Assembleia, como no decurso da mesma procurando dentro das suas competências, enfatizar, enaltecer e relevar o papel e contributo que aquele órgão tem no seio da Autarquia. -----

--- De seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores (as) Deputados (as) Municipais começando pela: -----

- **Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado** pediu-lhe imensa desculpa por não ter tido tempo de se referir à Praia Formosa e do estacionamento na mesma. -----

Porém, confirmou que se encontram em negociações com a Shell e com os proprietários de outros terrenos, de modo a poder existir alternativas e minimizar o impacto da falta de estacionamento naquela zona nesta época balnear, apesar de crer que ali haverá sempre falta de estacionamento, devido à grande afluência de pessoas nomeadamente na época do verão. -----

Sobre a questão das passadeiras elevadas, disse que o perigo advém precisamente da velocidade excessiva de determinados automobilistas e que por isso acha que as mesmas se justificam. No entanto, concorda que podem ser introduzidos outros aspetos, seja em termos da sua sinalização com pinturas, seja com refletores para melhorar a segurança. -----

- Sobre a Assembleia Municipal Jovem clarificou o **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** que na sequência daquilo que foram as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, houve uma articulação com o mesmo e foi elaborado um Regimento para a organização da mesma. -----

Também lembrou que todos os Senhores (as) Vereadores (as) e Deputados (as) Municipais foram convidados a participar na referida Assembleia, por isso demonstrou o



seu desagrado por ter havido uma fraquíssima adesão, com honrosas exceções, tanto por parte dos Senhores (as) Vereadores (as) da oposição como por parte dos Senhores (as) Deputados (as) Municipais. -----

Informou também que aquela Assembleia Municipal Jovem este ano teve uma vantagem que para além de fomentar a parte participativa, que já de si é inerente à apresentação de propostas por parte dos alunos, o projeto mais votado poderá ser executado. -----

Como tal, o projeto vencedor foi um posto de leitura e bookcrossing criado a partir de uma gaiola, localizada no Parque de Santa Catarina, que está vazia e que será requalificada para o efeito. -----

Sobre o Dia Internacional da Juventude, informou que o mesmo realizar-se-á no dia doze de agosto durante todo o dia, numa colaboração entre a Câmara Municipal do Funchal e a Empresa Municipal Frente MarFunchal, cujas atividades serão centralizadas nos Jardins e piscinas do Lido. -----

Em relação às questões dos Programas Sociais, mais uma vez reconhecem as necessidades de adaptação e de ajuste do Programa Câmara à Porta. -----

No entanto, considera que aqueles Programas na sua globalidade são um sucesso naquilo que são os benefícios que atribuem aos Municípios da Cidade do Funchal e quando ali trouxerem as respetivas alterações aos mesmos, terão oportunidade para discutir a sua aplicabilidade. -----

Depois referiu-se à listagem dos prédios devolutos, dizendo que apesar de a mesma já ter sido publicado num diário local, face à sua solicitação terão todo o gosto em entregar-lhe essa mesma listagem. -----

Aludindo sobre o Programa de Revitalização do Comércio e Serviços, lembrou que aquele é um programa que tem mais de setenta medidas e que a maioria delas já está executada ou em fase de execução, pelo que também terão todo o gosto em fornecer-lhe o que já

Bulcão

está concluído e o que ainda está planeado ser executado. -----

Quanto ao Balcão do Investidor, informou que neste momento existem seiscentos e vinte atendimentos divididos entre licenciamentos, área de reabilitação urbana, apoios financeiros e informação geral. Realçou ainda um dado curioso, que são os muitos pedidos de informação sobre alojamento local, que pensa dever-se à área no âmbito do turismo na Cidade do Funchal que está em crescimento. -----

Sobre o edifício do Matadouro respondeu de uma forma simultânea ao **Senhor Deputado Municipal Eduardo Welsh**, que o mesmo já foi adjudicado exteriormente e contam que no final de agosto esteja já concluído o respetivo projeto de adaptação do espaço ao conceito que foi definido, pois para além de ser um projeto de inovação e de criatividade tem também apenso um projeto de inclusão social, nomeadamente do Bairro do Matadouro. -----

- Dirigindo-se ao **Senhor Deputado Municipal Donato Macedo** clarificou que efetivamente têm apenas uma pessoa habilitada na área dos serviços de sinalética e pinturas na Cidade do Funchal. Por isso foi já solicitado a aquisição de uma máquina para poderem pintar a sinalética nos pisos. -----

Sobre a questão da Causa Animal e o procedimento de apoio instituído a algum munícipe que encontre um animal ferido, informou que é feito através da Proteção Civil e dos Bombeiros Municipais do Funchal. -----

Porém, não quis deixar de dizer que a questão do Médico Veterinário Municipal é a base para poderem ter uma outra ação no âmbito dos animais errantes, não só dos animais que são feridos ou encontrados doentes na via pública e que urge resolver através da adaptação da Lei à Região porque infelizmente aquando da aprovação do Decreto Legislativo Regional na Assembleia Legislativa da Madeira, esta questão não foi tida em conta. -----

Relativamente à Fiscalização Ambiental no âmbito das placas que foram colocadas sobre os dejetos dos animais, a Senhora Vice-presidente já pediu a informação que depois irão facultar-lhe. -----

- Sobre as questões dos aspetos formais do Relatório de Atividades da Câmara apresentadas pelo **Senhor Deputado Municipal Domingos Abreu**, replicou que não irá repetir argumentos que já foram dirimidos noutras ocasiões. -----

Contudo, quis esclarecer que os zero de audiências da Senhora Vice-presidente ficou a dever-se à sua licença de maternidade que em termos laborais, mesmo sendo um cargo político, acha que devem de ser salvaguardados. -----

Em relação ao Fica na Cidade, clarificou que foi um sucesso em termos de animação e em termos de festival urbano, como comprovam os números em relação ao ano transato em que aumentaram o número de espetáculos (setenta) e os palcos (seis). Também irão aumentar até em uma semana o Fica na Cidade 2017, de modo a que aquilo que é uma iniciativa cultural para a Cidade do Funchal de a tornar dinâmica, culturalmente ativa e atrativa possa dar continuidade com benefício para a Cultura e para o Comércio local. ---- Terminou dizendo que o relatório sobre o PDM e a avaliação ambiental estratégica está em elaboração e será entregue no final de julho. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD retorquiu que a Avaliação Ambiental Estratégica não é um documento em elaboração mas um processo que tem fases, por isso questionou em que fase é que estão? -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a data da reunião de Câmara onde foi adjudicado o projeto de arquitetura para o Matadouro, para poder consultá-lo. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao **Senhor Deputado Municipal**

Handwritten signature

Domingos Abreu que irão entregar um relatório final, no final do mês de julho, cuja análise depende daquilo que são as outras medidas preconizadas, pelo que não tem mais nenhuma resposta para dar-lhe sobre aquela matéria. -----

Relativamente à questão do **Senhor Deputado Municipal Eduardo Welsh** informou que o referido Projeto não foi à reunião de Câmara, porque o valor em termos de competências assim não o obrigava. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** questionou o Senhor Presidente da Câmara se as informações que foram requeridas nas sessões ordinárias daquela Assembleia, de vinte e seis de fevereiro pelo Grupo Municipal do PPD/PSD e de vinte e nove de abril pelo GMM, estão já disponíveis para entregar aos Senhores Deputados? ---

--- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que sim e entregou-as ao Senhor Presidente da Assembleia, que diligenciou a sua entrega a cada Grupo Municipal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD** interpelou a Mesa para dizer que é importante que os Senhores (as) Deputados (as) tenham em consideração que aquele exercício de apresentar umas Pen's ou uns papéis não quer dizer que a resposta tenha sido formalmente cumprida. Como é exemplo o pedido que foi feito ao Senhor Vereador Domingos Rodrigues, quando pediram o Plano Estratégico de Mobilidade, também pediram o relato das reuniões que foram tidas e anunciadas com as outras entidades e das propostas apresentadas por essas instituições e nada disso receberam. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** registou aquela chamada de atenção e irá diligenciar junto da Vereação para que sejam entregues os elementos em falta. -----

De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que por sua vez a passou ao

Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia para apresentar o **Ponto dois**

- Prestação de Contas Consolidadas - 2015, em observância do disposto na al. i) do

...
...
...
nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09 começando este por dizer: "Nós neste momento vamos discutir e apreciar as Contas Consolidadas do Município e somos o único Concelho na Região a discuti-las, porque somos a única Câmara que tem ainda empresas municipais. Portanto, aquilo que estamos a fazer é a consolidação integral das contas das empresas municipais, naquilo que foram as contas do Município que foram discutidas na última Assembleia Municipal. -----

Como tal, eu vou falar só em termos incrementais, daquilo que não foi ainda trazido aqui à Assembleia Municipal e que são as contas que são agora integradas nas contas individuais do Município, ou seja, as contas da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal e a Empresa Municipal Frente MarFunchal. -----

Estas duas empresas municipais representam sensivelmente 1% daquilo que é do ponto de vista de ativos, daquilo que é o património do grupo municipal do Funchal, isto porque os ativos, quer os edifícios e os imóveis onde a habitação social se desenvolver com as rendas sociais, que é o objeto da SocioHabitaFunchal, quer as praias e o domínio público municipal onde se desenvolve as atividades do veraneio de praia, a gestão das praias e também a gestão dos estacionamento ao ar livre, são os ativos que são pertença da Câmara Municipal do Funchal, já os discutimos na última Assembleia na ocasião das contas individuais e o ativo que é a gestão representa 1%. -----

Então basicamente aquilo que importa aqui referir é que os resultados líquidos das duas empresas, a Frente MarFunchal teve um resultado líquido positivo de 215 euros e a SocioHabitaFunchal um resultado líquido negativo de 5 mil e 500 euros, o que significa que neste exercício os resultados têm que ser positivos para furtarmo-nos à extinção obrigatória da empresa daquilo que decorre da Lei e estamos a fazer tudo para que assim ocorra. -----

Em relação à dívida pode-se dizer que numa perspetiva global, neste momento cifra-se



em 74,9 milhões de euros, é a dívida do grupo consolidada. No ano passado esta dívida do grupo ascendia a 84,5 milhões de euros, isto expurgando contabilisticamente as dívidas que são intragrupo, ou seja, quer receitas quer despesas entre a Câmara Municipal e as empresas do grupo municipal, basicamente estes são os resultados que merecem algum tipo de relevância. -----

Eu julgo que também têm desta feita a certificação legal de contas, onde constam quatro Reservas que são as Reservas que normalmente o Município costuma ter, não há nenhuma Reserva adicional proveniente da gestão das duas empresas municipais, nomeadamente a do imobilizado em que solicita uma entidade externa para valorizar o património, a razoabilidade dos saldos, de provisões e acréscimos uma vez que há um conjunto de juros de mora que podem ainda vir a ser solicitados ao Município, porque apesar de já estarem as faturas liquidadas há um prazo de 5 anos em que os fornecedores podem solicitar as faturas, inclusive juros de mora dessa faturas e de algumas faturas sem compromisso que do ponto de vista do ROC julga que não pode validar se aquilo que foi provisionada para este efeito é suficiente ou não. -----

Ainda uma terceira Reserva que são as Provisões para Riscos e Encargos por conta de processos judiciais, esta também já vem de há muitos anos, apesar de este ano haver quatro processos que aqui estão vertidos no relatório onde os nossos Advogados explicaram formalmente qual a probabilidade de poder existir encargos adicionais para o Município, sendo que no segundo onde era mencionado quatro milhões e seiscentos mil euros pela CEP – Companhia de Estacionamento Públicos, já obtivemos uma sentença desses quatro milhões e aquilo que o Município tinha a pagar, foram 47 mil euros que ocorreu este ano, estamos a falar das contas de 2015, qualquer das formas é um processo que já terminou. -----

E finalmente são as operações de corte do fim do ano em que o saldo orçamental não é

idêntico ao saldo de tesouraria e isto deve-se ao facto do IMI passar a ser pago de há uns anos a esta parte, em três tranches sendo que a terceira tranche coincide precisamente no fim do ano e algumas das despesas são pagas. Ou seja, são feitos pagamentos que só depois se reflete do ponto de vista contabilístico, no dia 2 de janeiro quando reabrimos contabilisticamente, o que significa que há sempre na operação de corte de fecho de ano algumas Reservas, nomeadamente entre o corte de 2014 e 2015 em que houve um acerto de 1 milhão de euros entre 2015 e 2016. -----

Este milhão de euros de 2014 para 2015 é materialmente relevante, em 2015 para 2016 já conseguimos que estas operações de corte fossem só de 51 mil euros, o que significa que provavelmente se continuarmos para o ano nesta ordem de grandeza, no fecho de contas deste ano esta Reserva desaparecerá, porque 51 mil euros no total daquilo que é o orçamento da Câmara o corte de operações seria materialmente irrelevante. -----

Também aproveito para deixar o meu agradecimento aos dois Administradores únicos, quer da Empresa Municipal Frente MarFunchal, quer da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal por toda a colaboração desta consolidação integral de contas onde tiveram um papel fundamental e por os mesmos se encontrarem presentes nesta Assembleia Municipal, se forem necessários alguns esclarecimentos adicionais do interesse da Assembleia, por parte da contabilidade e dos relatório e contas destas duas empresas poderão ser prestados pelos próprios." -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente sobre o CEP colocou as seguintes questões: -----

- Se o processo aludido é o processo de indemnização exigido pela CEP, ou é o da adjudicação dos parques de estacionamento à CEP? E qual o ponto da situação? -----

Depois observou que as referidas Reservas já aparecem desde a prestação de contas do



PPD/PSD. Por isso, apesar de reconhecer alguns esforços que a Câmara tem feito para ter uma prestação mais completa, particularmente dos Advogados, seria conveniente que esse esforço fosse levado até ao fim para que aquelas Reservas não aparecessem mais nas contas da Câmara. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP observou o seguinte: -----

- Segundo o artigo 43º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, as empresas locais têm obrigatoriamente um sítio na Internet, mantendo permanentemente atualizado os relatórios de execução orçamental. -----

- Na prestação de contas só consta a assinatura do Senhor Vereador Miguel Gouveia faltando a rubrica dos outros elementos da Vereação. -----

- Fizeram a contabilização das quatro Reservas e verificaram que noventa e seis por cento da prestação de contas estão a ser colocadas nas Reservas dos revisores oficiais de contas, das rubricas do balanço tem a ver com os bens do domínio público total. -----

Referiu também que embora o POCAL tenha sido aprovado há mais de dez anos, têm sempre o mesmo problema e como no próximo ano este vai deixar de existir e passa para o CNC, essa integração terá que ser feita. -----

- Sobre os ROCs não terem obtido a totalidade da resposta dos Advogados que trabalham com o Município do Funchal, verificaram na parte do Executivo Municipal, no ponto dezassete e no ponto dezoito um contra senso porque o ponto dezassete diz: "De acordo com o parecer dos Advogados e das Entidades incluídas na consolidação é nossa convicção que, dos processos judiciais em curso contra estas Entidades, não advirá responsabilidades materialmente relevantes o Grupo", e no ponto dezoito: "Não existem outros Advogados ou Sociedade de Advogados que prestem serviços para as Entidades incluídas na consolidação, para além daqueles para os quais V. Exas solicitaram pedidos

de informação sobre litígios e outras responsabilidades”. -----

Terminou dizendo que estas ressalvas são só do ponto de vista técnico, porque do ponto de vista da limitação do endividamento, do esforço da Câmara em diminuir o passivo, da diminuição dos encargos com os FSEs, são tudo pontos positivos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** para este proceder aos seguintes esclarecimentos:

“Respondendo à questão levantada pelo **Senhor Deputado Municipal Eduardo Welsh** relativamente ao processo da CEP e é CEP com C não com S, Companhia de Estacionamento Públicos, que tinha antes dos parquímetros essa gestão. Entretanto, há mais de dez anos, foi aberto um concurso e este é um processo que se tem vindo a arrastar desde essa data pela antiga CEP. O término desse processo chegou este ano, da adjudicação dos parques à data não tem a ver com este SEP com S que ainda mantem o Centro de Inspeções, há outros processos em curso mas esses não estão aqui vertidos, estamos a falar desse primeiro processo, dessa concessão que existia a esse CEP e que teve agora o seu término com uma sentença de 47 mil euros que é aquilo que cabe à Câmara Municipal pagar por indemnização a essa empresa. -----

Em relação às Reservas sobre os juros de mora, em que disse e bem, esperar que nos próximos anos isto desapareça da certificação legal de contas, espera-se também que de facto desapareça uma vez que há um prazo para solicitar juros de mora e algumas faturas que foram pagas, inclusive pelo PAEL – Programa de Ajustamento Económico Local, os fornecedores há data podem não ter pedido qualquer tipo de compensação ou de juros de mora, essas faturas foram pagas com atraso porque o PAEL era precisamente para pagamento a fornecedores de dívidas em atraso. -----

O facto de àquela data não ter sido solicitado juros de mora, não significa que dentro do prazo prescricional dessa petição dos juros, não possam vir a solicitá-los e de facto já



houve um ou outro caso em que esses juros de mora foram pedidos a esta Câmara. A esmagadora maioria não o foram, daí esta dúvida legítima do ROC dizer: "Nós não podemos dizer com toda a certeza de que aquilo que foi pago a fornecedores no passado, os fornecedores não possam ainda atualmente", estamos a falar de 2012, se são 5 anos com prazo prescricional então até 2017 esta dúvida manter-se-á no ar, depois daí para a frente já teremos outro tipo de enquadramento. -----

Em resposta às questões levantadas pelo **Deputado Municipal Gonçalo Pimenta**, os relatórios trimestrais de facto têm que ser e é uma obrigação serem publicitados e tenho a confirmação que estão a ser publicados. Pode eventualmente não estar no site institucional do Município, mas o que a Lei obriga é que estejam publicados e estão nos sites das empresas municipais, portanto nesse aspeto estamos esclarecidos. -----

Em relação ao seu apontamento sobre a certificação legal de contas, alguns revisores oficiais de contas passam a certificação final quando as contas são elaboradas antes de serem aprovadas, outras, como é o caso desta MGI que é o nosso revisor, tem um entendimento e parece que começa a fazer alguma jurisprudência porque há muitas empresas a ter agora este entendimento, que só podem emitir o relatório final depois da aprovação das contas, ou seja, aquilo que é levado a discussão é o draft do relatório e depois das contas aprovadas o relatório é aprovado. -----

Eu sei que o KPMG que era o anterior revisor oficial de contas emitia o relatório fechado, outras também têm o entendimento que é só depois de as contas estarem aprovadas é que podem emitir o relatório final, e de facto tem alguma razão de ser porque as contas até serem aprovadas podem ser objeto de alguma alteração se for identificado algum problema com aquilo que está no próprio relato, portanto, só faz sentido o relatório depois de aprovadas as contas. -----

Mas aquele documento que vi que é a responsabilidade do Executivo, só tinha a minha



assinatura há data da reunião de Câmara, hoje em dia já tem as assinaturas todas e a certificação legal de contas também já foi emitido o parecer final, daí esta questão não se ter levantado no passado e agora é uma realidade. -----

Em relação às Reservas e àquilo que apontou de 96% do ativo estar nas Reservas, sempre foi assim, neste caso não estamos a identificar nada histórico porque quando dizem na primeira Reserva que todo o processo de inventariação, valorização e política de amortizações encontra-se em curso numa fase que não é possível avaliar o impacto, aquilo que nós estamos a dizer é que estamos a avaliar um valor dos bens do domínio público e que aqui diz que são 688 milhões de euros. O que diz o revisor é que nós não podemos aferir que estes 688 milhões de euros sejam reais, mas não quer dizer que os mesmos estão sem certificação, o que eles dizem é que há margem para haver algum tipo de ajuste a estes valores por isso pedem uma entidade externa para fazer esta avaliação. -----

Não é fácil fazer por uma entidade externa uma avaliação de por exemplo quanto é que vale a Praça do Município, isto depende sempre de alguma subjetividade e é isso que está aqui vertido, de qualquer das formas a nossa Divisão de Património e Controle tem duas pessoas afetas, não neste caso, à valorização do próprio ativo da identificação mas à política de amortizações e tive a oportunidade de dizê-lo quando falamos das contas individuais, tem sido feito um inventário de mais de 100 imóveis no último ano de 2015. Este ano continua a ser feito esse inventário, têm sido aplicadas políticas de amortizações a esse património imóvel, portanto isto é um trabalho que continua a ser feito aos poucos, não se vai conseguir fazer isto de um ano para outro, também porque é algo que não tem um valor acrescentado de um momento para o outro, naquilo que é a nossa atividade do Município, mas não quer dizer que se deixe de parte, está a ser feito, está a ser avaliado anualmente, este ano já tivemos mais dois imóveis que ainda não estavam registados e já

Paulo Sérgio

foram registados e inventariados. -----

Em relação ao que falou do POCAL e a passagem para o SNCAP e desviando um pouco a questão destas contas em particular, o que havia no ano passado era a intenção de o SNCAP – Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas, ser utilizado por toda a Administração Pública inclusive as Autarquias Locais a partir de janeiro de 2017, mas isso previa que existisse um conjunto de Autarquias que fossem escolhidas como Autarquias Piloto para testar esta adequação do POCAL a esse SNCAP.

Neste momento existem muitas ações de formação a explicar o SNCAP, os quadros estão a ser formados, isto é algo que não se pode dizer que de um dia para o outro pode ser mudado, há softwares que devem de ser adequados à nova realidade e aquilo que eu prevejo em conversas que tenho mantido com a administração nacional nesta matéria, é que, a exemplo daquilo que aconteceu na entrada do POCAL, este prazo de entrada em vigor venha a ser dilatado para o início de 2018, mas não há ainda nada garantido que seja dia 1 de janeiro de 2017, de qualquer das formas os nossos quadros estão em formação e a acompanhar todos os desenvolvimentos. -----

Na questão dos Advogados que referiu, aquilo que está no relatório das contas consolidadas são os processos de Advogados das empresas municipais, não há outros Advogados nas empresas municipais, aqueles que são os da Câmara já foram inclusive discutidos no relatório da prestação de contas individuais. Temos alguns que nos respondem e outros que não nos respondem, a Câmara não tem o poder de impor ao Advogado para dizer qual é que é a probabilidade de determinada ação ser ganha pelo Município, porque na pratica o que se diz é 50% de hipóteses, aí a indemnização que estava a ser peticionada tinha que ser provisionada na mesma proporção da probabilidade e a maior parte dos Advogados, obviamente, não vai dizer eu tenho 50% de confiança no meu trabalho acho que vamos perder isto metade / metade de possibilidades

de ganhar. -----
Daí que algumas ações, nomeadamente, aquelas que estão próximo do seu término serem mais fácil para um Advogado dizer: "nós já estamos aqui num processo de negociação é possível que o montante a indemnizar seja este", e aí conseguimos aprovisionar esse montante, fora essa questão nós não podemos pressionar os Advogados, como sugeriu, a nos darem estas informações. -----

Concluo, dizendo que apesar das Reservas aquilo que é opinião dos nossos Revisores Oficiais de Contas, é que todos os aspetos materialmente relevantes e se estivéssemos a falar de 688 milhões de euros de certeza aí não seria materialmente irrelevante teria que estar aqui, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, portanto dá um parecer positivo". -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **votação do Ponto dois - Prestação de Contas Consolidadas – 2015** que acabou de ser debatido tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com dezoito votos a favor, sendo quinze do GMM, três do PCP/PEV-CDU e dezassete abstenções sendo dez do PPD/PSD, quatro do CDS/PP e três dos Deputados Independentes. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** voltou a dar a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** uma vez que o Senhor Presidente da Câmara o delegou para apresentar o **Ponto três - 4ª Revisão Orçamental – Ano Económico 2016, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12/09** expondo o seguinte: "Nós estamos a incluir o saldo de gerência do orçamento de 2015 incluindo no orçamento de 2016, 1,613 milhões de euros daquilo que foi o saldo de gerência do ano passado. É o mesmo valor sensivelmente daquilo que fizemos o ano passado, estamos a fazer a mesma operação que fizemos o ano passado, não estamos a aumentar o orçamento, vamos reduzir na participação do IRS, criar esta receita adicional

que estava na posse do serviço e descontá-la naquilo que eventualmente seria a participação do IRS a exemplo do que foi feito no ano passado”. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD manifestou sobre este ponto que o mesmo dá cumprimento à legislação e àquilo que é prática comum daquela Câmara. -----

No entanto, aproveitando a oportunidade e ainda naquele âmbito, quis lembrar que todos aqueles movimentos contabilísticos também serão avaliados pelo Tribunal de Contas, como aconteceu com a anterior Vereação e o anterior Vereador das Finanças Pedro Calado, que foi julgado na questão da Opção Gestionária, mas que para tristeza do atual Executivo, foi considerado absolvido. -----

Porque passados três anos desta Câmara, os discursos vão-se alterando; pois o Senhor Vereador Miguel Gouveia diz que não pode obrigar os Advogados a responderem, tal como haviam dito à sua antecessora, Dra. Filipa Fernandes, que no seu primeiro e único exercício de fecho de contas, disse naquela Casa que considerava inadmissível que uma Câmara não conseguisse obter as respostas de quem lhe devia e que tudo faria para que isso acontecesse. -----

Por isso, esperam que o Tribunal de Contas também faça avaliações sobre a atividade do atual Executivo, embora já notem que há uma clara evolução de passarem da oposição para estarem no poder e perceberem que as coisas quando chegam à realidade, são bem diferentes do que as intervenções inflamadas e completamente infundamentadas que muitas vezes ali são feitas. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** disse ficar de facto surpreendido com aquela intervenção do Deputado Municipal Rui Cortez, porque da última vez que falaram sobre o assunto da Opção Gestionária teceu-lhe um elogio, porque

foi de opinião que dadas as informações que o Vereador à data tinha em sua posse, provavelmente teria feito também aquela opção. Como tal, refutou completamente aquela acusação porque essa nunca foi nem será a forma de aquela Câmara estar na política. --- De qualquer das formas ficou satisfeito com o resultado do Tribunal de Contas nem ficou de todo triste, porque acha que acima de tudo o que deve de ser feito é a boa gestão dos dinheiros públicos e aquilo que foi feito foi em benefício dos trabalhadores e como tal não poderiam estar contra. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** questionou sobre qual a Câmara que o Senhor Vereador se está a referir? Porque se está a referir-se desde a data que entrou nos Paços do Concelho, concorda plenamente com as suas afirmações quando diz que nunca refutou aquilo que se defendia em relação ao anterior Vereador, mas se estiver a referir-se à Vereação em que faziam parte o Senhor Vereador Gil Canha e a Senhora Vereadora Filipa Jardim Fernandes, já é diferente. Porque sabe e está registado em ata, o que aqueles disseram sobre aquele processo, que é completamente díspar daquela que foi a sua atitude que fez questão de louvar e sublinhar a evolução positiva em relação ao entendimento do que são estes casos e de como devem de ser observados. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** respondeu que não entrará em discussões de índole pessoal, uma vez que também não sabe o que é que foi dito pelos Ex-Vereadores. -----

Porém, foi o próprio que recebeu o relatório do Tribunal de Contas em que aquele caso foi trazido à colação, por isso assumiu que só se falasse de responsabilidade financeira depois do relatório emitido, porque presume que antes era só especulação. -----

Como tal, só falou daquilo que foi vertido no relatório e daquilo que foi a posição daquela Câmara depois de apreciar o mesmo. -----

Paulo Beltrão

--- Não havendo mais esclarecimento o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **votação do Ponto Três**, que foi **aprovado por maioria** com vinte e cinco votos a favor sendo quinze do GMM, quatro do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e dez abstenções do PPD/PSD. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Quatro - da Atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, aos DDiarte, em observância do disposto no art.º 10º. do Regulamento de Medalhas Municipais, conjugado com o disposto na al. ccc), do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/09**, que se transcreve: "Como é habitual nós nesta Autarquia costumamos aproveitar o Dia do Concelho para atribuição de medalhas de mérito e trazemos aqui duas propostas. A primeira é a dupla de artistas madeirenses, o Zé Diogo e o Diamantino Jesus, mais conhecidos pelos DDiarte, naquilo que é a fotografia digital e o seu trabalho artístico reconhecido a nível nacional e internacional com obras em colecionadores e em museus. -----

A qualidade é reconhecida, eles inspiram muito as suas fotos na mitologia grega, romana e também têm muito a conjugação entre o sagrado e o profano como elementos dos temas que costumam usar. -----

Por isso, achamos que por aquilo que é o seu trabalho e a sua qualidade merecem esta distinção por parte do Município". -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O **Senhor Deputado Municipal Américo João Silva Dias, do CDS/PP** começou por referir-se ainda sobre a questão da não informação dos Advogados, para esclarecer que julga qualquer informação que seja pedida a qualquer Advogado sobre o processo não o dão, nem deve de ser dado porque enquanto o processo não chega ao fim ninguém pode

dar nenhuma certeza. -----

Sobre a atribuição de medalhas disse não perceber o critério para a atribuição de medalha de ouro, prata e bronze, porque segundo tem conhecimento aquele Município só tem atribuído medalhas de ouro. -----

E apelando a outros regulamentos existentes pelo País, nomeadamente da Câmara Municipal do Porto, em que existe outro tipo de medalhas tais como: medalhas de mérito desportivo, ciência e tecnologia e educação, julga ser muito mais indicado existir aquele tipo de regulamentação de atribuição de medalhas, para que fosse muito mais justa e equilibrada a atribuição futura das respetivas medalhas de mérito municipal. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que na verdade nos últimos têm sido atribuídas só medalhas de ouro, embora possam ser atribuídas outras de outro grau. No entanto não há especificação relativamente a regulamentos como esse, pelo que fica a sugestão. -----

--- Depois passou-se à **votação** deste **Ponto Quatro**, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade** com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do GMM, dez do PPD/PSD, quatro do CDS/PP, três do PCPC/PEV e três dos Deputados Independentes. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Cinco - Atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à Associação Barmen da Madeira, em observância do disposto no art.º 10º do Regulamento de Medalhas Municipais, conjugado com o disposto na al. ccc), do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/09**, que também se transcreve: "Esta é outra distinção de Grau de Ouro para a Associação Barmen da Madeira por aquilo que é a sua ação não só na formação. - É preciso dizer que nós somos um destino turístico que primamos pela excelência e ao Barmen pelo contacto direto que têm com os nossos turistas, são não só em termos da

sua área de formação específica mas também de outro tipo de informações e da arte de bem receber. Têm sido capazes de conjugar todas essas características e capacidades para a importância que têm para o turismo, para a economia da Região e por aquilo que tem sido uma ação meritória e reconhecida a nível nacional e internacional com diversos prémios ao longo dos últimos anos de campeões nacionais e do mundo. -----

Achamos que é meritória também trazermos esta deliberação e atribuir a medalha de Grau de Ouro à Associação Barmen da Madeira". -----

--- Não havendo inscrições o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou **este Ponto à votação** tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do GMM, dez do PPD/PSD, quatro do CDS/PP, três do PCPC/PEV e três dos Deputados Independentes. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou a Assembleia que dado haver um impedimento legal pela sua participação e presença na discussão do ponto que se segue, vai abandonar a sala sendo substituído na Mesa pela Primeira Secretária Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves, que será substituída nas suas funções pelo Senhor Deputado José Gabriel Pereira Oliveira, a qual passou a apresentar o **Ponto Seis - integração na Associação Nacional das Assembleias Municipais - ANAM do Presidente da Assembleia Municipal do Funchal, em observância do disposto na al. k) do nº2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, dizendo: "Quando foi constituída a Associação Nacional das Assembleias Municipais, os associados desta Associação são os Deputados e Ex-Deputados das Assembleias Municipais, o que fez com que o Presidente desta Assembleia nunca tivesse querido aderir por achar haver uma incongruência entre a designação desta Associação e o tipo de associados propostos. --- Presumindo uma possível e eventual alteração dos estatutos da ANAM, vamos então submeter à apreciação desta Assembleia o cargo do Presidente desta Assembleia na

qualidade de socio fundador da ANAM". -----

INSCRIÇÕES: -----

1 - O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD comunicou que da parte daquela bancada e como já discutiram em reunião de líderes, não votarão favoravelmente aquele ponto, pelas seguintes razões: -----

– Não acham necessário a existência de uma Associação de Assembleias Municipais, porque as Câmaras Municipais, as Assembleias de Freguesia e as Juntas de Freguesia são já representadas numa Associação Nacional de Municípios, bem como não veem qualquer benefício ou retorno para a população e para quem os elege. -----

– Uma Associação Nacional de Assembleias Municipais, teria de ter como membros as Assembleias e não em nome individual cada Deputado. -----

Logo, não aprovam que aquela Assembleia possa fazer parte ou delegar na presidência da Assembleia a representação da mesma a título individual ou representativo. -----

2 – A Senhora Deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU expressou que para além de todas as questões que o senhor Deputado Rui Cortez ali colocou, há aspetos legais, tais como os artigos terceiro e quarto, que lhes deixam um pouco alarmados com algum do objeto dessa mesma proposta que ali é trazida. -----

Por isso, aquela bancada não irá votar favoravelmente a integração daquele Município na Associação Nacional de Assembleias Municipais. -----

--- De seguida a **Senhora Presidente** passou à votação deste **Ponto não sendo o mesmo aprovado** com trinta e quatro votos contra, sendo catorze do GMM, dez do PPD/PSD, quatro do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

